



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I do Edital

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de microcomputadores, notebooks e webcams para atendimento de demanda para uso ordinário do TRE/MS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Intervalo mínimo entre lances
1	Microcomputadores	471901	KIT	400	R\$ 12.055,99	R\$ 4.822.396,00	R\$ 10,00
2	Notebooks	457189	KIT	50	R\$ 11.260,75	R\$ 563.037,50	R\$ 10,00
3	Webcams	14360	Unidade	200	R\$ 429,91	R\$ 85.982,00	R\$ 1,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 5.471.415,50	

1.2. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última.

1.3. O(s) item(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

1.5. O contrato e/ou a Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.5.1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação pela seguinte razão:

1.5.1.1. Somente a SGA (Seção de Gestão de Ativos) é responsável pela preparação, configuração e distribuição dos microcomputadores, notebooks e webcams.

1.5.1.2. Mencionada seção conta com um exíguo número de servidores aptos à realização desses serviços, além disso as tarefas precisam ser realizadas juntamente com as de suas rotinas, fazendo com que sobrecarregue seus serviços.

1.5.1.3. Na contratação em que foram adquiridos Microcomputadores/Notebooks,

mediante aquisição imediata, ocorreu o mesmo tipo de problema, e houve um acúmulo de micros/notebooks novos em nossos estoques por um longo período de tempo sem que nossas equipes conseguissem dar vazão aos mesmos (preparação, configuração e distribuição), fazendo com que houvesse uma perda desnecessária do período de garantia dos produtos sem que houvesse a efetiva utilização dos mesmos.

1.5.1.4. Sendo assim, a aquisição será mediante ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos do inciso II do art. 3º do decreto 11.462 de 31 de março de 2023, para proporcionar a logística eficiente de preparação, configuração e distribuição dos microcomputadores.

1.5.2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

1.5.2.1. Durante a vigência da Ata, quando houver necessidade do TRE/MS dos materiais registrados, a empresa contratada será informada mediante e-mail e/ou Requisição de fornecimento, emitido pelo fiscal do contrato, juntamente com a Nota de Empenho.

1.5.2.2. Recebido o Ofício e/ou Requisição de fornecimento, a empresa vencedora deverá entregar os materiais no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias corridos**.

1.5.3. Como órgão gerenciador, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, será realizado procedimento público de intenção de registro de preços para possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública na respectiva ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, nos termos do disposto no art. 9º do Decreto nº 11.462/2023.

1.5.4. Cabe ainda ao órgão gerenciador aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à intenção de registro de preços:

- a) os quantitativos considerados ínfimos;
- b) a inclusão de novos itens; e
- c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.

1.5.5. Será permitida, para os Itens 1 a 10, a participação de outros órgãos interessados, que manifestarem interesse.

15.5.1. A manifestação do interesse deverá ser realizada pelo sistema de compras.

15.5.2. Após a **manifestação** do interesse em ser órgão participante e respectiva **confirmação**, o órgão interessado deverá indicar a dotação orçamentária que utilizará para a despesa, bem como, deverá enviar o Estudo Técnico Preliminar para o endereço eletrônico slc@tre-ms.jus.br (*para informações - Fone: (67) 2107.7092*).

15.5.3. Não será deferida a participação de outros órgãos para o item de cota reservada para ME/EPP (Item 11), decorrente de divisão do item principal.

1.5.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado por igual período, contemplando a totalidade do quantitativo registrado, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.6.1. A vigência da contratação será extinta:

- a) pelo decurso do prazo da vigência; ou
- b) pela aquisição da totalidade do material, zerando o quantitativo licitado.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

As especificações do item consistem em:

2.1. Item 1 - Microcomputadores:

- Processadores do tipo "High End" que tenham CPU Benchmark com pontuação maior ou igual 35.000 (listagem de processadores disponível em https://www.cpubenchmark.net/high_end_cpus.html), **sendo aceita uma margem de tolerância de no máximo 5% do valor definido.**
 - O processador deverá ter a tecnologia vPRO, pois o TRE-MS utiliza o Intel Endpoint Management Assistant (EMA) como forma de gerenciamento centralizado e é a única tecnologia totalmente compatível.
 - BIOS, versão entregue e posteriores atualizações, deverá ser totalmente compatível com a tecnologia vPRO e o Intel Endpoint Management Assistant (EMA)
- Não serão aceitos processadores descontinuados;
- Não serão aceitos processadores que não tenham suporte ao vPRO;
- BIOS: tipo flash memory, utilizando memória não volátil e reprogramável; Interface Unified Extensible Firmware Interface (UEFI) compatível com Inicialização Segura. O fabricante do equipamento deverá constar na lista UEFI (<https://uefi.org/members>) na categoria **"PROMOTERS, CONTRIBUTORS ou ADOPTERS"**; Com suporte ao padrão ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 2.0 ou superior; Com suporte às tecnologias S.M.A.R.T. (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e AHCI (Advanced Host Controller Interface); Deve conter as seguintes informações: Marca, Modelo do Equipamento, número de série e um campo editável que permita inserir uma identificação customizada, como número de patrimônio. Software embarcado no BIOS com Funções de diagnóstico de problemas, e gerenciamento com as seguintes características: Permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified /Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (Fn); O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento, processador, memória RAM, firmware do equipamento e capacidade do disco rígido;
- Equipamento deve ser compatível com Windows 11 Pro;
- Gabinete slim padrão SFF (small form factor);
- 16 GB RAM DDR4 SDRAM, no mínimo;
- 500 GB SSD, no mínimo, tecnologia NVMe M.2;
- 02 (dois) Monitores 24" com resolução mínima de 1920 x 1080 pixels, mínimo 23,8" e máximo 24,5". Onde os monitores deverão ter: fonte interna bivolt com comutação automática, regulagem de altura, ajuste de inclinação, ajuste de rotação 90º, 02 portas USB Tipo-A no mínimo; Entrada de vídeo dos monitores deve ser compatível com o microcomputador ofertado; Os dois monitores deverão vir com cabos para serem conectados, de forma simultânea, ao microcomputador ofertado;
- 02 (duas) Saídas de vídeo, no mínimo, para monitores com resolução mínima de 1920 x 1080 a 60Hz. As saídas poderão ser 02 (duas) displayport ou 01 (uma) displayport e 01 (uma) HDMI
- 02 (duas) portas frontal USB Tipo-A no mínimo e 01 (uma) USB Tipo-C, 04 (quatro) portas traseira USB Tipo-A no mínimo, não sendo aceito a utilização de adaptadores ou placas PCI adicionais;
- Deve possuir a tecnologia TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior;
- Teclado USB padrão PT-BR ABNT 2 , com bloco numérico separado das demais teclas;
- Mouse ótico USB;
- Bluetooth Bluetooth® 5.3
- WIFI : 2x2 AX e Wifi 2.4GHZ e 5GHZ
- Gabinete, monitor, mouse e teclado com variação de cor preta;
- Alto-falantes estéreo, interno;
- Entrada frontal para fone de ouvido e microfone;
- Interface de rede gigabit ethernet;
- Softwares: Windows 11 Pro 64 bits pt-Br com licença integrada na placa-mãe do

microcomputador.

- **WEBCAM COM CAPTAÇÃO DE IMAGEM E ÁUDIO** (microfone integrado), com as seguintes características mínimas
 1. Captação de imagem e áudio simultâneos para que o fone de ouvido seja usado no computador;
 2. Resolução mínima, de pelo menos: 1080p 30fps
 3. Megapixels da câmera: 0.9;
 4. Tipo de foco: foco fixo;
 5. Microfone integrado: Mono, com alcance de até 1 m;
 6. Campo de visão (CDV) diagonal: 55°;
 7. Clipe universal que se ajusta a monitores de laptop ou LCD;
 8. Compatível com Windows 11 ou superior;
 9. Compatível com plataformas populares, incluindo Zoom, Google Meet, Microsoft Teams;
 10. Compatível com Porta USB-A ou USB-C e vir com cabo anexo de 1,5 m, no mínimo;
 11. Abertura de diafragma de 3,5 Milímetros.
 12. Cor preto.
 13. Garantia mínima de 01 ano do fabricante.
- **Fone de Ouvido com Microfone (Headset)**, com as seguintes características mínimas
 1. Supra-auricular;
 2. Peso: Aproximadamente 110 g - 137 g
 3. Tamanho do Alto-falante: 27 mm - 32 mm;
 4. Áudio saída: alcance de Frequência: 20 Hz – 20 kHz;
 5. Áudio entrada com cancelamento de Ruído (Microfone);
 6. Conectividade: Tipo de conexão com o PC: USB-A com fio, comprimento do Cabo: 1,75 m a 2,00m;
 7. Compatível com Windows 11 ou superior, Linux e Mac OS;
 8. Compatível com plataformas populares, incluindo Zoom, Google Meet, Microsoft Teams;
 9. Cor preto.
 10. Garantia mínima de 02 anos do fabricante.
- Monitor e gabinete devem vir com o brasão do TRE-MS gravados a laser, medida ~06cm x 06cm.
- **GARANTIA** computador e monitor deverão possuir garantia de 5 (cinco) anos ON-SITE. A Webcam deverá possuir garantia de 01 ano on site. O Headset deverá possuir garantia de 02 anos on site.

2.2. Item 2 - Notebooks:

- Processadores do tipo "High End" que tenham CPU Benchmark com pontuação maior ou igual 17.477 (listagem de processadores disponível em https://www.cpubenchmark.net/high_end_cpus.html), **sendo aceita uma margem de tolerância de no máximo 5% do valor definido.**
 - O processador deverá ter a tecnologia vPRO, pois o TRE-MS utiliza o Intel Endpoint Management Assistant (EMA) como forma de gerenciamento centralizado e é a única tecnologia totalmente compatível.
 - BIOS, versão entregue e posteriores atualizações, deverá ser totalmente

compatível com a tecnologia vPRO e o Intel Endpoint Management Assistant (EMA)

- Não serão aceitos processadores descontinuados;
- Não serão aceitos processadores que não tenham suporte ao vPRO;
- BIOS: tipo flash memory, utilizando memória não volátil e reprogramável; Interface Unified Extensible Firmware Interface (UEFI) compatível com Inicialização Segura. O fabricante do equipamento deverá constar na lista UEFI (<https://uefi.org/members>) na categoria **"PROMOTERS, CONTRIBUTORS ou ADOPTERS"**; Com suporte ao padrão ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 2.0 ou superior; Com suporte às tecnologias S.M.A.R.T. (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e AHCI (Advanced Host Controller Interface); Deve conter as seguintes informações: Marca, Modelo do Equipamento, número de série e um campo editável que permita inserir uma identificação customizada, como número de patrimônio. Software embarcado no BIOS com Funções de diagnóstico de problemas, e gerenciamento com as seguintes características: Permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified /Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (Fn); O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento, processador, memória RAM, firmware do equipamento e capacidade do disco rígido;
- 16 GB RAM DDR5 SDRAM, no mínimo;
- 500 GB SSD, no mínimo, tecnologia NVMe M.2;
- Tela entre ~14" e ~15" com resolução mínima de 1920 x 1080 pixels, mínimo 14" e máximo 15,7"
- Saída de vídeo para monitor externo em porta HDMI com resolução mínima de 1920 x 1080 a 60Hz
- No mínimo 2 (duas) portas USB Tipo-A padrão 2.0 ou 3.0;
- Dockstation: 02 saídas de vídeo - no mínimo (HDMI 2.1 ou Display Port 1.4); 1 USB tipo-A-no mínimo; 1 USB Tipo-C-no mínimo; Gigabit Ethernet; entrada de energia externa. O dockstation deve aceitar o modo de exibição, dos monitores conectados a ele: modo de extensão, de espelho ou duplo ou monitor único. A garantia da dockstation deverá ser de 03 anos, no mínimo.
- Câmera integrada HD de 720p a 30 fps, mínimo
- Microfone integrado;
- Mouse ótico USB;
- Deve possuir a tecnologia TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior;
- Chassi com variações de cores preta e/ou cinza;
- Energia Adaptador CA de 65W com plugue padrão NBR 14136 bivolt;
- Bateria principal com autonomia mínima de 3h com apenas o Sistema Operacional ligado
- Placa de rede sem fio 802.11ax + Bluetooth 5.1 ou superior;
- Teclado padrão PT-BR ABNT 2 , com bloco numérico separado das demais teclas;
- Alto-falantes estéreo, 1,5 W por canal
- Pasta/Bolsa compatível com as dimensões do notebook com variações de cores preta e/ou cinza;
- Entrada para fone de ouvido e microfone p3 que agrega microfone e fone de ouvido na mesma entrada;
- Interface de rede gigabit ethernet;
- Softwares: Windows 11 Pro 64 bits pt-Br com licença integrada na placa-mãe do notebook.
- Fone de Ouvido com Microfone (Headset), com as seguintes características mínimas
 1. Supra-auricular;
 2. Peso: Aproximadamente 110 g - 137 g

3. Tamanho do Alto-falante: 27 mm - 32 mm;
 4. Áudio saída: alcance de Frequência: 20 Hz – 20 kHz;
 5. Áudio entrada com cancelamento de Ruído (Microfone);
 6. Conectividade: Tipo de conexão com o PC: USB-A com fio, comprimento do Cabo: 1,75 m a 2,00 m;
 7. Compatível com Windows 11 ou superior, Linux e Mac OS;
 8. Compatível com plataformas populares, incluindo Zoom, Microsoft Teams;
 9. Cor preto.
- O notebook deve vir com o brasão do TRE-MS gravado a laser: tamanho ~06cm x 06cm
 - GARANTIA mínima de 5 anos on site para o notebook e 03 anos on site para bateria; Dockstation deverá possuir garantia de 03 anos on site. O Headset deverá possuir garantia de 02 anos on site.

2.3. Item 3 - WEBCAMS COM CAPTAÇÃO DE IMAGEM E ÁUDIO (microfone integrado):

- Captação de imagem e áudio simultâneos para que o fone de ouvido seja usado no computador;
- Resolução mínima, de pelo menos: 1080p 30fps
- Megapixels da câmera: 0.9;
- Tipo de foco: foco fixo;
- Microfone integrado: Mono, com alcance de até 1 m;
- Campo de visão (CDV) diagonal: 55°;
- Clipe universal que se ajusta a monitores de laptop ou LCD;
- Compatível com Windows 11 ou superior;
- Compatível com plataformas populares, incluindo Zoom, Google Meet, Microsoft Teams;
- Compatível com Porta USB-A ou USB-C e vir com cabo anexo de 1,5 m, no mínimo;
- Abertura de diafragma de 3,5 Milímetros.
- Cor preto.
- Garantia mínima de 02 anos do fabricante.

2.4 - GARANTIA esta descrita nos itens 2.1 , 2.2 e 2.3

2.5. Regras gerais

2.5.1 O atendimento deverá ser prestado na Seção de Gestão de Ativos de TI (SGA)/Anexo do TRE-MS, no endereço: Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180 - Parque dos Poderes - CEP: 79037-106 - Campo Grande - MS, em dias úteis, no horário das 12 às 18h. Poderá ser informado outro endereço na cidade de Campo Grande - MS.

2.5.2 Deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a troca de peças, abrangendo todo o período de garantia, bem como a eventual substituição de equipamentos, reparos e correções necessárias, sem qualquer ônus para o TRE-MS.

2.5.3 A fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico, e-mail e/ou site na Internet para suporte técnico e abertura de chamados técnicos.

2.5.4 Todos os drivers dos equipamentos deverão estar disponíveis para download no site do fabricante durante todo o período de vigência da garantia.

2.5.5 O licitante deverá apresentar documentos comprobatórios de que o produto ofertado possui a garantia exigida e indicar a(s) assistência(s) técnica(s) autorizada, na cidade da sede do contratante, no caso do TRE-MS, que irá prestar o serviço de garantia do produto. O atendimento deverá ser realizado (considerando a abertura do chamado até a resolução do problema) em até 03 (três) dias úteis (os equipamentos são essenciais e imediatamente incorporados aos serviços críticos do Tribunal, gerando prejuízo operacional e financeiro significativo em caso de paralisação maior que o prazo supracitado);

2.5.6 O fabricante deverá ter web site que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;

2.5.7 A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação;

2.5.8 Não serão aceitas adaptações no equipamento: adição de componentes pela contratada. Deverá ser comprovado através de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência e garantia total do equipamento pelo fabricante;

2.5.9 Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos da fase de avaliação e/ou homologação.

2.5.9.1 Tal exigência justifica-se, pois equipamentos idênticos fornecidos apenas por uma empresa facilita o processo de aceite, distribuição, gestão e fiscalização do objeto e por, consequência, gera economicidade na gestão dos mesmos.

2.5.10 Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como tela, saídas de vídeo e acessórios necessários ao funcionamento conforme exigido, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifique e comprovem as configurações cotadas, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.

2.5.11 Os equipamentos deverão ser novos e em linha de produção (não descontinuados)

2.5.12 Emissão da nota fiscal: No caso das notas fiscais, cada item da licitação deve constar em uma única nota, podendo os periféricos estar destacados com os valores individualizados, desde que o valor do item adquirido esteja de acordo com o valor licitado.

2.5.12.1 Tal exigência visa a necessária compatibilização com o sistema de contabilidade e finanças deste TRE-MS

2.5.13 **Consórcio:** Tendo em vista o valor da contratação, a complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

2.5.14 Indicação de marca modelo: para esta contratação não haverá exigência de marca específica.

2.5.15 Garantia: Não haverá exigência de garantia dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.15.1. A garantia dos produtos não se confunde com aquela citada na cláusula 2.5.15. A garantia dos produtos está descrita nas especificações de cada item.

2.5.16 Sustentabilidade - O microcomputador, notebooks e webcams, de marca e modelo ofertado, deverá ser compatível com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), quanto à não utilização de substâncias nocivas ao Ambiente.

2.5.16.1 A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que o bem fornecido cumpre com essa exigência

2.5.17 Justificativa das especificações UEFI (itens 01 e 02):

2.5.17.1 A solicitação referente à conformidade com o padrão UEFI (Interface de Firmware Extensível Unificada) se deve à necessidade de diminuir superfícies de ciberataques, buscando garantir recursos de interação entre o sistema operacional e os firmwares dos dispositivos integrantes o mais seguros possível aprimoramento da camada de software de inicialização, garantindo um ambiente estável e seguro para os sistemas computacionais.

2.5.17.2 Além disso é de importância crucial da segurança nos processos eleitorais. A exigência de UEFI exclusivamente **nas categorias PROMOTERS, CONTRIBUTORS ou ADOPTERS** para os computadores destinados a futuros pleitos eleitorais visa garantir um nível mais elevado de proteção e garantia de continuidade de suporte e atualizações, pois as demais categorias da UEFI podem sair do grupo a qualquer momento o que impactaria diretamente suporte e atualizações. Ao demandar esse padrão específico, esta unidade técnica busca adquirir equipamentos provenientes de fabricantes diretamente envolvidos no desenvolvimento e na correção de vulnerabilidades do UEFI. Essa abordagem se torna essencial para assegurar não apenas a integridade, mas também a agilidade na resposta a possíveis ameaças, fortalecendo, assim, a confiabilidade e a segurança dos sistemas eleitorais.

2.5.17.3 A referida exigência não deixa de atentar aos aspectos da economicidade e competitividade preconizados em pregões públicos, a exigência em questão não se configura como restritiva ou limitadora. No contexto brasileiro, diversas empresas mantêm parcerias com os fabricantes de equipamentos de TI, classificadas no grupo **"PROMOTERS, CONTRIBUTORS ou ADOPTERS"** do padrão UEFI. Essa informação é de conhecimento difundido e pode ser prontamente verificada por meio de pesquisa nos sites dos fabricantes de computadores. Isso evidencia que a exigência não direciona nem restringe a presente licitação para marcas ou produtos específicos. "

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Atender necessidades ordinárias do TRE-MS. A garantia dos microcomputadores do parque computacional do TRE-MS (sede, anexo) encerrou em janeiro 2024. A vida útil de um microcomputador, por padrão, são de 5 (cinco) anos. Nesse caso, a garantia encerrou no final da vida útil do equipamento. As peças começarão a danificar e não teremos mais garantia para substituí-las, nem equipamentos em estoque para repor.

3.2. Dessa forma, torna-se necessário contratar uma empresa para fornecer o item.

3.3. O OBJETIVO a ser alcançado por meio da contratação é a melhoria da qualidade do atendimento dos usuários de TIC do TRE-MS.

3.4. Os BENEFÍCIOS diretos e indiretos resultantes da contratação são: Espera-se obter número suficiente de microcomputadores, notebooks e webcams para atendimento das demandas ordinárias do TRE/MS.

3.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual **2025**, conforme Processo SEI 0001194-78.2025.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

3.6. NATUREZA DO OBJETO: Trata-se de Aquisição de Materiais Comuns de Tecnologia

da Informação, submetendo-se à resolução CNJ 468/2022.

3.7. PARCELAMENTO DO OBJETO: Registra-se que não haverá parcelamento, por não ser técnica e economicamente viável. A aplicação do inciso II do art. 47 da LC 123/2006 (cota exclusiva para ME/EPP) não se mostra viável pois, equipamentos idênticos fornecidos apenas por uma única empresa facilita o processo de aceite, distribuição, gestão e fiscalização do objeto e, conseqüentemente, economicidade na gestão dos mesmos. Sendo assim, cada objeto da contratação, consta de um único item no Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Legais

4.1.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (PESQUISA DE PREÇOS), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

4.2. Requisitos Temporais

4.2.1. A entrega dos itens deve ser de no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

4.2.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.3. Requisitos de Experiência Profissional

4.3.1. Os serviços, de manutenção em garantia, deverão ser prestados por técnicos / analistas devidamente capacitados;

4.4. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.4.1. A execução do serviço de manutenção em garantia deve ser acompanhada pelo CONTRATANTE, que dará ciência, à CONTRATADA, de eventuais ocorrências durante a execução dos serviços.

4.4.2. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

4.5. Sustentabilidade

4.5.1. A contratação deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

b) Caso a impressão seja necessária, a contratada deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

c) Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu preferência por conciliar com horários de funcionamento do órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados.

d) As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverá ser de material de baixo impacto ecológico.

e) A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.5.2. O microcomputador, notebooks e webcams, de marca e modelo ofertado, **deverão ser compatíveis com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances)**, quanto à não utilização de substâncias nocivas ao ambiente.

4.5.2.1 A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que o bem fornecido cumpre com essa exigência;

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Requisitar o fornecimento dos materiais , na forma prevista neste Termo de Referência
- b) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- c) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- d) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- e) receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- f) Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- g) Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.
- h) aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- i) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- j) comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- k) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- l) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- m) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações da CONTRATADA

- a) Realizar o fornecimento do material decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência;
- b) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do objeto. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros
- c) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- d) manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- e) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- f) Receber os valores que lhe forem devidos pela entrega do material, na forma disposta neste Termo de Referência.
- g) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei

Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

h) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

i) Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contato com a fiscalização para disponibilização da solução da contratada deverá ocorrer no horário das 12:00h as 18:00h, de segunda à sexta-feria, através do telefone (67) 2107- 7126/ 2107-7103 (Ramon Rodrigues ou Márcio Naka).

6.1.1. O PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA é **30 (dias) dias**, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

6.2. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.3. O prazo de garantia contratual dos equipamentos esta estabelecido neste Termo de Referência, no capítulo 2.

6.4. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. A empresa fornecedora deverá entregar os materiais, na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE-MS, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 - Jardim Veraneio - Parque dos Poderes, na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.

8.1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega e instalação dos materiais.

8.1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7207 / (67) 2107-7080.

8.2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta) dias**, contados à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho.

8.2.1. Caso a Nota de Empenho seja encaminhada através de serviço postal, fax ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.

8.2.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas.

8.2.3 Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

8.3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/instalação, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.

8.3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

8.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

8.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

8.6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais:

8.6.1 O recebimento provisório ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS.

8.6.2 O recebimento definitivo ficará a cargo da Seção de Gerencia de Ativos (SGA) do TRE-MS.

8.7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

8.9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes de funcionamento dos equipamentos;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS),

descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 8.3 a 8.5

8.11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

8.12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

8.13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

8.13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprover ao interesse público.

8.14. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo 2 deste Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos equipamentos.

8.15. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.

8.15.1 A contratada deverá comprovar, no momento de análise das propostas, que há assistência técnica do fabricante do equipamento/produto em Campo Grande MS.

8.16. Durante o período de garantia, a assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS.

8.16.1 A obrigatoriedade da assistência técnica em Campo Grande se deve ao alto custo do envio dos equipamentos a outra municipalidade em caso de defeito.

8.17. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.18. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao

CONTRATANTE.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, mediante **Sistema de Registro de Preços**.

11.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

11.3. Será aplicada margem de preferência na presente contratação. Em vista do valor, a contratação terá tratamento favorecido para microempresas e empresas de

pequeno porte, nos limites previstos da lei Complementar nº 123, de 2006.

11.4. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

11.5. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta eletrônica a **marca/modelo do produto ofertado**.

11.5.1. Caso não seja informada a marca/modelo do produto na proposta eletrônica e sendo tal informação necessária para análise da proposta, o Pregoeiro poderá questionar a empresa, via chat, para apresentar as informações necessárias.

11.5.2. Caso seja necessário para análise do equipamento ofertado, o Pregoeiro poderá convocar a empresa para que indique sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado, ou ainda, convocar para que envie **catálogo ou folder do produto que contenha as características do produto ofertado**;

11.5.3. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

11.5.4. A convocação para indicação de marca/modelo e/ou para envio de informações (site/catálogo/folder, etc) **será de 2 (duas) horas, IMPRORROGÁVEL**.

11.6. Após esta análise preliminar, estando o material, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

11.6.1. Ainda que a marca/modelo tenha sido aceita pelo Pregoeiro, nova análise será realizada no momento da entrega dos produtos e, caso o material não atenda às especificações deste Termo de Referência, o recebimento definitivo não será realizado.

12. DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.1. Será dado tratamento favorecido, conforme previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.1. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

13.2. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

13.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

13.4. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

14. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO

FINANCEIRO

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta;

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, caso o objeto não seja concluído, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA/IBGE, pelo contratante.

14.2.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.2.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;

14.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.6. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.7. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.471.415,50 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

15.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

16.2. A contratação do **TRE/MS** será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de MS/Secretaria de Tecnologia da Informação;
- II) Fonte de Recursos: : 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- IV) Elemento de Despesa: 44.90.52.41 – EQUIPAMENTOS DE TIC – COMPUTADORES;

16.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes,

mediante apostilamento.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços .

Campo Grande, MS.

Ulysses Almeida Neto
Integrante Demandante

Ramon Pereira Rodrigues
Integrante Técnico

Maria Julia de Arruda Mestieri
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **RAMON PEREIRA RODRIGUES, Chefe de Seção**, em 17/11/2025, às 17:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ULYSSES PEREIRA DE ALMEIDA NETO, Coordenador**, em 17/11/2025, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 18/11/2025, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1951005** e o código CRC **DD2A1A90**.



0001885-92.2025.6.12.8000

1951005v8